

JULGAMENTO

Pai acusado de matar recém-nascido após briga vai a júri em Cuiabá

>>>G1

O entregador André Luis Pinto de Souza, de 23 anos, acusado de matar o próprio filho depois de uma discussão com a mulher, deve ir a júri no próximo dia 30 de junho, às 8h no fórum de Cuiabá. De acordo a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), o crime ocorreu no dia 6 de janeiro de 2014 no Bairro Ribeirão do Lipa, na capital mato-grossense, após uma briga entre André e a mãe do bebê, Tainara Cardoso de Araújo, de 20 anos. A defesa do casal acredita que o caso se tratou de um acidente. O júri deve ser presidido pela juíza Monica Catarina Perri Siqueira,

da Primeira Vara Criminal de Cuiabá. Segundo os autos do processo, a jovem teria questionado o marido sobre algumas marcas de mordida que encontrou na criança, além de perguntar o motivo de ele ter saído do emprego. O casal discutiu e, com raiva, André tomou a criança de Tainara e a arremessou em um colchão que estava no chão. Depois dessa agressão o bebê passou a ter febre, falta de apetite e convulsões, além de ter agonizado. Somente dois dias depois de apresentar esses sintomas os pais decidiram procurar ajuda de um pastor evangélico, conhecido por eles. O religioso levou a criança para um hospi-



Pai arremessou filho em colchão durante briga com a mulher em Cuiabá

tal, no entanto, o bebê já estava morto. A criança tinha diversas mordidas profundas pelo corpo,

principalmente na barbiga, no rosto e na bochecha. O bebê morreu após apresentar trauma-

tismo crânio encefálico. O pai da criança aguarda por julgamento na Penitenciária Central

do Estado (PCE). Já a jovem está detida na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May.

MATO GROSSO

Famílias afirmam ser ameaçadas de morte em disputas de terra



Uma delas envolve um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT)

>>>G1

Imagens registradas em Santa Terezinha, por exemplo, mostram uma discussão entre um assentado e um policial militar do Pará.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, só no ano passado cinco pessoas morreram em disputa por terras em Mato Grosso. Levantamento da entidade mostra pontos de tensão no estado, sen-

do que a maior preocupação é com o Norte e o Nordeste, como nas cidades de Santa Terezinha e Nova Guarita. Mas há disputas em outros pontos, como Nossa Senhora do Livramento. Uma delas envolve um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT). Imagens registradas em Santa Terezinha, por exemplo, mostram uma discussão entre um assentado e um policial militar do Pará, que é suspeito

de tentar forçar famílias a saírem da região. No município de Nova Guarita, famílias dizem que são ameaçadas por um fazendeiro que afirma ser o dono da área. “Meu moleque mesmo ficou um mês sem ir à escola, porque quando ele via o carro do homem passando na estrada, ela já corria e falava ‘mãe, esconde que já vem o fazendeiro, lá’”, contou uma das mulheres que disse estar sofrendo ameaças. Ela pediu para não ser identificada.

BEBÊ ABANDONADO

Mãe é indiciada por abandono de recém-nascida



PC informou que não foi possível identificar a presença de medicamentos abortivos

>>>G1

A jovem de 20 anos que confessou ter abandonado a filha recém-nascida numa lixeira em Rio Branco, foi indiciada por abandono de incapaz majorado. O inquérito foi concluído pela Polícia Civil e encaminhado para o Fórum da comarca daquele município. Um exame de DNA confirmou que a jovem é mesmo a mãe da criança. Ela responde pelo crime em liberdade.

A bebê foi abandonada na madrugada do último dia 22 de maio. Segundo o delegado Carlos Augusto do Prado Bock, responsável pelas investigações, o laudo clínico do caso indicou que a mãe deu à luz num ambiente doméstico e provavelmente sem a ajuda de ninguém. “Confere com a alegação em depoimento”, disse. De acordo com a Polícia Civil, pelos exames não foi possível identificar a presença de medicamentos abortivos. A criança também não

apresentou lesão que demonstrasse o uso desse tipo de substância. A bebê está na Casa de Abrigo do município, sob a responsabilidade do Conselho Tutelar. Chamada de Vitória Rita de Cássia, ela ainda não teve o nome registrado em cartório. “Segundo informações, o Fórum local aguarda manifestação do Ministério Público para decidir pelo registro da criança e determinação da guarda em definitivo”, declarou o delegado.